

ACM recebe mais firmeza e menos conciliação

Para senador, FHC deve "fazer o melhor" mesmo à custa de perdas políticas, pois crise impede consenso

O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), avalia que é irracional a reação dos investidores aos problemas financeiros por que passa o País. Mesmo assim, reconhece que a crise é grave e exige do presidente Fernando Henrique Cardoso uma atitude firme, menos conciliatória do que o habitual. "Chegou o momento em que as perdas políticas são inevitáveis", diz ACM. Em sua avaliação, o momento levará o presidente, cuja competência elogia, a abrir o leque de pessoas com que conversa rotineiramente. A seguir, os principais trechos de entrevista concedida pelo senador na sexta-feira, em São Paulo, aos jornalistas Luiz Fernando Rila, Antônio Carlos Pereira e Sonia Racy:

Estado - Como o senhor avalia a crise financeira?

Antonio Carlos Magalhães – Ninguém pode ignorar a crise. Mas a minha impressão é que há grande irracionalidade. Há muitos interesses em jogo e uma conotação política que, às vezes, aumenta o tamanho da crise. Cabe a todos nós mostrar a racionalidade para que o povo entenda o que se passa e compreenda as medidas que são indispensáveis. É um trabalho do Executivo e do Legislativo, que tem dado demonstrações inequívocas de apoio às medidas do ajuste. Não se pode fazer uma tempestade, por exemplo, só porque houve uma derrota no caso dos inativos.

Estado - Mas ainda há reformas a votar. Qual a mais difícil?

ACM – A mais difícil no momento eu entendo que seja a tributária, com a judicária em segundo e a política em terceiro. Na tributária vai haver jogos de interesses maiores, mas tem de ser feita. Quando a União não quer perder, precisa arrecadar mais. Quando o Estado está se dizendo falido, quando os municípios começam a reclamar, harmonizar interesses numa reforma tributária é algo muito difícil. Mas tem de ser feito.

Estado - Não há muito consenso do que é possível fazer.

ACM – Consenso não se vai conseguir. Então tem de ver que é melhor fazer o melhor, independentemente das perdas políticas que possam ocorrer. Chegou o momento em que as perdas políticas são inevitáveis e tem de se fazer mesmo.

Estado - Dissemina-se a sensação de que o governo estaria perdendo o controle da situação. O senhor não acredita nisso?

ACM – Não há perda de controle, ao contrário. Todos os países têm esses abalos podem dar uma impressão ao público – é um público reduzido, mas é um público informado – de que há perda de controle da situação. E não há, não há. O presidente está com controle da situação, está sabendo o que vai fazer, está sabendo as repercussões que vai encontrar. É claro que elas foram maiores do que se esperava. Na medida em que o Congresso atuou com absoluta correção e rapidez, era para que houvesse uma reação mais calma.

Estado - A sensação de perda de controle não é reforçada por atitudes de FHC, como tirar férias num momento como este?

ACM – É um problema, talvez, do acerto ou erro de psicologia. Ele acha que se afastando num momento difícil mostra que as coisas estão tranquilas. Esse é o seu desejo. Mas a nossa cultura talvez acha que ele não deva sair, que ele devia estar no palácio tomando as providências. É um pouco de cultura. Ele talvez tenha errado do ponto de vista psicológico em fazer isso. Mas na realidade todo sujeito tem direito a férias e ele está precisando, até para que possa produzir mais.

Estado - Há quem queira pôr a culpa da crise não só no processo legislativo e no governador de Minas, Itamar Franco, mas também no formulador da política econômica, Gustavo Franco. Gustavo Franco não tinha chefe?

ACM – Tem. Evidentemente, quando Gustavo Franco formulou uma política, ela foi submetida a dois escalões superiores, o ministro



"O governo tem de ficar atento para os problemas que geram pânico na sociedade, como as demissões em massa. Tem de haver compreensão. Não se pode deixar demitir. Por que, por exemplo, não se reduz o IPI para retirar esses carros que estão no pátio e se resolve o problema do emprego?"

da Fazenda e o presidente. Evidentemente, ambos endossaram essa política. Agora, se também no percurso se entendeu que era necessário modificar um pouco essa política, ela devia mesmo ser modificada. Não se deve permanecer eternamente com uma política que pode não estar dando totalmente certo. Mas, de qualquer maneira, deu certo até agora. Houve acidentes, que anteriormente foram importados, e esse último, provocado pela irracionalidade de Itamar Franco.

Estado - E o futuro, senador? Como o País vai sair dessa crise?

ACM – Ela está superdimensionada, ela é irracional. Até mesmo do ponto de vista dos estrangeiros, não há motivo para isso. Mas nós vamos sair da crise com as medidas que vamos tomar e estamos tomando. Acho que, já a partir da próxima semana, pode até não

acontecer, mas dentro de uma lógica o País começa a mudar um pouco, até porque acaba o nervosismo, que eu diria em alguns casos histeria, que está no mercado. Mas você sabe que também é um fator psicológico contagioso. Diz-se: está ruim, está ruim, está ruim. Aí fica ruim de fato, mesmo que não seja para tanto.

“O presidente escolhe um tipo de vida que eu não acho o melhor. Ele tem contatos maiores com determinadas pessoas. Fica naquele círculo quando, na realidade, ele tem de abrir. Um homem com sua inteligência e com sua competência tem de abrir um leque de conversas”

Estado - Isso se resume numa expressão: falta de confiança.

ACM – Exatamente. Falta de confiança. Qual é o nosso papel? Rapidamente dar confiabilidade. Por que se perdeu muito a confiança? Porque em princípio de dezembro não o Congresso não aprovou a proposta de cobrança previdenciária para os servidores inativos.

Estado - Foi a primeira vez?
ACM – A única.

Estado - Houve o problema na votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

ACM – A CPMF foi votada.

Estado - Mas foi postergada.

ACM – Postergada, não. O governo é que errou em mandar tarde. Aí é o único erro que o governo tem: é não ter tido a previsão de mandar talvez até em princípio do ano passado o pedido de prorrogação, levando em conta que era um ano eleitoral e provavelmente não haveria trabalho em setembro.

Estado - E o terceiro fator foi o fator Itamar.

ACM – A incompetência quanto a pessoa não faz mal nenhum, mas quando a incompetência

afeta o País é muito grave. Aí é um problema fruto de incompetência. Itamar hoje está no melhor dos mundos. Está achando que é um herói, mas na realidade é um vilão. E Minas é que vai pagar o maior preço disso. Até há algo que eu gostaria de salientar. Acho que o governo também tem de ficar atento para os problemas que estão ocorrendo e geram pânico na sociedade, como as demissões em massa. Tem de haver compreensão. Não se pode deixar demitir. Eu falei com o presidente Fernando Henrique, depois de ter estado com Luís Marinho (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), por quem tenho muito respeito no pouco tempo em que tenho tratado com ele e com o deputado Jair Meleguelli (PT-SP). Eu telefonei para o presidente e pedi uma reunião com o presidente da Câmara, do Senado, Marinho e o ministro ou

um representante da Fazenda e o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que também

está interessado, com o presidente

da República, para encontrarmos um caminho. Ora, podemos reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) temporariamente. Por que

não se reduz o IPI para tirar esses carros todos que estão no pátio e se resolva o problema do

emprego? Ou é melhor ficar sem receber IPI com as demissões e os carros no pátio?

Estado - E sem vender os carros, sem faturar.

ACM – Acho irracional. É do governo, mas é irracional. E o presidente compreendeu isso logo e disse que para a semana já poderá fazer a reunião. Existem muitos problemas como esse, mas cabe ao governo ter a sensibilidade de apagar o incêndio naquela área. E o presidente Fernando Henrique quer isso. Porém ele não pode fazer sozinho. Mas também os auxiliares são dele. Cabe a ele escolher os auxiliares que devem fazer isso.

Estado - Vários observadores

avaliam que o presidente está cansado e, mais que isso, isolado, sem ter com quem conversar, agindo sozinho e sem orientação. Isso é verdade?

ACM – Não, não é verdade.

Estado - Ele não está sozinho?

ACM – Acho que o presidente escolhe um tipo de vida que eu não acho o melhor. Ele tem contatos maiores com determinadas pessoas, que são interessantes para alguns setores, mas não são as mais interessantes para todos os setores.

Eu não vou dizer nomes, mas todos sabem. E aí fica naquele círculo quando, na realidade, ele tem de abrir. Um homem com a inteligência e com a competência do Fernando Henrique, que é dos mais capazes homens públicos que chegaram à Presidência do Brasil, tem de abrir um leque de conversas. Eu achava que, quando Mário Henrique Simonsen estava vivo, era obrigação de qualquer presidente da República, inclusive dele, conversar mais com Mário Henrique. Há outras pessoas hoje que são, eu não diria iguais, mas parecidas com Mário Henrique que poderiam estar também no seu círculo de conversas. E isso não deve dar ciúme. Ao contrário, deve agradar ao ministro Malan, deve agradar na medida em que são pessoas que têm como colaborar, têm o que dizer.

Estado - Senador, na formação do novo governo, ao que tudo indica, o ministro Clóvis Carvalho saiu fortalecido. Há até críticas em relação à mudança. Qual é a sua opinião?

ACM – Eu acho que, se essa é a opinião geral, ele devia estar temendo a responsabilidade que tem sobre os ombros. Porque qualquer pessoa normal não deveria ter tanta responsabilidade como a que dizem que lhe cabe. Na realidade, ele é um funcionário zeloso, um homem que trabalha, que tem a confiança do presidente. Ele terá de ter sempre um grande ritmo de trabalho, uma grande massa de trabalho sobre os ombros. Entretanto, ninguém pode esperar também um exíto político de Clóvis Carvalho, porque ele não tem experiência nessa área e, se lhe derem tarefas desse tipo, evidentemente que não vão dar certo. Cada um no seu lugar e com aquilo que pode e sabe fazer. E o presidente Fernando Henrique, um homem inteligente como é, acho que tem de dosar isso – se é que não está dosando. Mas eu não tenho a menor dúvida de que isso acontecerá, até porque o próprio Clóvis Carvalho não vai querer toda essa responsabilidade caindo sobre ele, porque do contrário ele pode, mais cedo ou mais tarde, sofrer justiça ou injustiça em relação aos rumos do País.

Estado - O senhor acha que o poder poderia ser um pouquinho mais dividido?

ACM – Aí só quem pode saber é o presidente da República.

Estado - E o ministro cumpre bem a parte administrativa?

ACM – Todos dizem que sim, que cumpre muito bem. E é isso que lhe deve dar a confiança que o presidente nele deposita. Mas entre fazer um trabalho de rotina ou mesmo um trabalho de coordenação e entregar soluções do País para quem não tem prática – até porque não recebeu do povo o mandato – há muita diferença.